

A revista de exílio *Chile-América* e as redes transnacionais de denúncia e de resistência política (1974-1983)

Raphael Coelbo Neto*

Cuadernos de Historia. Serie economía y sociedad, N° 29, 2022, pp. 256 a 289.
RECIBIDO: 18/03/2022. EVALUADO: 27/03/2022. ACEPTADO: 09/05/2022.

Resumen

Investigamos en este artículo la participación de la revista chilena *Chile-América* en redes transnacionales de derechos humanos que buscaban, fundamentalmente, denunciar los crímenes cometidos por el aparato represor de la dictadura militar chilena. Fundada en septiembre de 1974, en el exilio, por miembros de la Democracia Cristiana, MAPU e Izquierda Cristiana, con la participación de nombres importantes de la política chilena exiliados en Italia, como Bernardo Leighton, Julio Silva Solar, Esteban Tomic y José Antonio Viera-Gallo, *Chile-América*, desde su sede en Roma, trabajó junto a cuadros y partidos políticos progresistas, así como con organizaciones humanitarias nacionales e internacionales. En sus páginas, gracias a sus contactos establecidos dentro o fuera de Chile, la revista se dedicó a publicar diversos reportajes, especialmente de movimientos políticos chilenos y extranjeros, así como de las comisiones de derechos humanos de organizaciones transnacionales o incluso, elaborar sus propios informes comunicando sobre prácticas de violencia política de la dictadura. Nos concentraremos así, a partir de las denuncias, en el análisis de las conexiones establecidas por los editores de la revista, en las redes políticas y de defensa de los derechos humanos a través de las cuales actuó *Chile-América*.

Palabras clave: dictadura chilena – Revista *Chile-América* – redes políticas y transnacionales de denuncia

Summary

In this article we analyze the participation of the Chilean magazine *Chile-América* in transnational human rights networks which in essence worked to denounce the crimes committed by the repression apparatus of the Chilean military dictatorship. Founded in September 1974 by members of the Democracia Cristiana, MAPU and Izquierda Cristiana, and composed of important names in Chilean politics exiled in

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: raphaelcneto@yahoo.com.br

Italy, such as Bernardo Leighton, Julio Silva Solar, Esteban Tomic and José Antonio Viera-Gallo, *Chile-América* from its headoffice in Rome worked with progressive political parties and associations and with national and international humanitarian organizations. In its pages, the magazine consistently published various reports, especially from Chilean and foreign political groups, as well as from the human rights commissions of transnational organizations, or even released its own dossiers reporting on practices of political violence during the Chilean dictatorship. Such work benefited of contacts both within and outside Chile. Therefore, based on the reports of abuse, we will center on the analysis of the connections established by the magazine's editors, as well as the political and human rights networks through which *Chile-América* took action.

Keywords: Chilean dictatorship – *Chile-América* magazine – political and transnational networks for denouncing



Consideramos que uma das maiores contribuições de Mario Sznadjer e Luis Roniger acerca dos exílios latino-americanos foi a de enfatizar que, como resposta à repressão massiva da segunda metade do século XX no Cone Sul, consolidou-se a internacionalização da defesa dos direitos humanos, mobilizada pelos exilados integrados a redes transnacionais.¹ Inicialmente, formou-se uma estrutura comum dos exílios latino-americanos de três fatores que, em interação, marcariam essa condição nos séculos XIX e XX: o Estado que expulsa, a comunidade exilada e o país anfitrião. A essa estrutura triangular, na segunda metade do século XX, um

¹ Jensen, 2015: 19.

quarto elemento, de crescente importância, foi incorporado, qual seja, “*una arena global preocupada por el derecho humanitario internacional y los derechos humanos*”.²

Os dois autores afirmam que uma dimensão expressiva dos exílios latino-americanos se erigiu como militância, de modo a condenar as ditaduras e como resposta ao crescente caráter transnacional por parte da repressão, sobretudo nos marcos da Operação Condor, que por sua vez teria surgido para destruir e desmobilizar a reestruturação política e a campanha de denúncia da oposição desde o exílio, incluindo militantes, lideranças partidárias e organizações.³ Assim, segundo Sznajder e Roniger, “*la contracara de esta ola de exclusión institucionalizada y persecución política fue la internacionalización de los principios de los derechos humanos, promovida por organizaciones internacionales, nacionales y transnacionales que crearon un denso organigrama propulsor del cambio*”. Em tal arena global de proteção aos direitos humanos, tiveram atuação determinante organizações como Nações Unidas, Anistia Internacional, Human Rights Watch, Conselho Mundial de Igrejas, ACNUR, Tribunal Russel, Organização Internacional para as Migrações, Cruz Vermelha, Parlamento europeu e as comissões parlamentares de direitos humanos, associações internacionais de partidos políticos como a Internacional Socialista e a Internacional Democrata-Cristã, as confederações sindicais e as muitas ONGs voltadas para essa causa, desentranhando publicamente o caráter da repressão autoritária.⁴

Foi precisamente a partir dessas conexões internacionais e com o Chile, suas ligações com aspectos políticos do passado recente do país, do presente em conflito e de um futuro democrático a ser alcançado, atuando na arena transnacional de defesa dos direitos humanos, que a revista *Chile-América* marcou seu surgimento e trajetória (1974-1983). De maneira central, a revista se estruturou em dois pilares de discussão,

² Sznajder & Roniger, 2013: 26.

³ Melisa Slatman explica que, no contexto da Operação Condor, formalizada entre outubro e novembro de 1975, em reunião secreta ocorrida em Santiago, desenvolveram-se processos de intercâmbio, tradução e transferência de informação, tecnologia e práticas repressivas, técnicas específicas de perseguição aos opositores no exílio, generalizando e coordenando ações em redes dos sistemas de inteligência das ditaduras militares do Cone Sul: “*atentados contra figuras públicas, intercambio de información, secuestro e repatriación forzada de desterrados, operaciones de acción psicológica, operativos transfronterizos (...), técnicas [que] preexistieron a la Operación Cóndor, pero en este marco se potenciaron*”, Slatman, 2018: 66. Para além da Operação Condor, importante mencionar que as estruturas repressivas das ditaduras do Cone Sul envolveram a participação de autoridades governamentais, diplomáticas e a atuação de agentes profissionais pagos. Ver Gomes, 2019.

⁴ Sznajder & Roniger, 2013: 181-182.

dois eixos temáticos principais: além da linguagem dos direitos humanos, direcionou-se para o debate político pela democracia chilena. Partindo da defesa de uma unidade progressista na luta contra a ditadura, terminou por, entre a virada dos anos 1970 e início dos anos 1980, alinhar-se à esquerda chilena moderada que preconizava a renovação do socialismo e a gradual transição à democracia.

Estiveram à frente da sua criação Bernardo Leighton e Esteban Tomic, importantes políticos, sobretudo o primeiro, da ala mais progressista da DC, considerado um partido de centro no espectro político chileno; José Antonio Viera-Gallo, filiado ao Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU), partido que integrou a UP, fundado por quadros egressos da DC; e Julio Silva Solar, ligado originalmente ao MAPU e, depois, à Izquierda Cristiana (IC), partido que se originou deste último como uma dissidência de perspectiva humanista cristã e socialista e que, em 1971, dois anos após a formação da Unidade Popular (UP), também se integrou a essa coalizão.

Em comum ao núcleo diretivo da revista, além da atuação política de base cristã, com tons humanistas, democráticos e socialistas, esteve a formação acadêmica/intelectual na área do Direito. Tais informações são importantes porque os aspectos de suas formações se entrecruzaram na atividade política e intelectual que exerceram, no sentido de dotar a revista, por exemplo, de um caráter notadamente político e direcionado à defesa veemente dos direitos humanos, presente em todas as edições. Ainda pertenceu a esse núcleo de relações e execução diária de *Chile-América* o jornalista Fernando Murillo Viaña, secretário de redação, responsável por organizar as inúmeras informações recebidas e produzidas pela revista sobre a violência política da ditadura, presentes, em geral, na seção *Derechos Humanos*. A principal parte voltada para as discussões políticas foi a seção *Tribuna Abierta*.

O primeiro número de *Chile-América* saiu em setembro de 1974. Foram editados e publicados 89 números até 1983, todos no exílio. A revista chegou ao fim devido à impossibilidade de prosseguir sua publicação no Chile, quando Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, que se tornaram, de fato, os principais editores do impresso, tiveram autorização oficial para retornar a Santiago, no início da década de 1980. Os debates partidários que a revista promoveu e difundiu, ao alinhar-se à renovação socialista e se aproximar da DC, foram fundamentais para contribuir com

as bases de reflexão e prática políticas que se instaurariam durante a década de 1980 no Chile, após o retorno dos exilados e em um contexto de crescentes demandas sociais por abertura política e retorno à democracia.

O diretor do impresso, Julio Silva Solar, explicou a respeito da criação de *Chile-América* na capital italiana, Roma, em setembro de 1974,

Esta historia empezó cuando nos encontramos en Roma, a comienzos de 1974, Bernardo Leighton, José A. Viera Gallo, Esteban Tomic y yo (Julio Silva S.). No era precisamente un encuentro de turistas. Estábamos exiliados. Después de largas deliberaciones acordamos formar un Centro de Documentación que editaría una revista, que fue finalmente “Chile-América”. Queríamos, tal vez, entre otras cosas, revertir en un modesto nivel, la aguda beligerancia que se había producido entre la Democracia Cristiana y la Unidad Popular, lo que despejó el camino al golpe militar del 11 de setiembre de 1973. Al contrario, nuestra iniciativa dependía de la buena y eficaz colaboración que pudiéramos lograr entre dos demócratas cristianos, Leighton y Esteban Tomic y dos de la Unidad Popular, Viera Gallo y yo. Esa colaboración funcionó, dió resultado: la revista se publicó durante 10 años, su último número es de setiembre de 1983.⁵

Fundamental observamos, como ponto central do projeto de concepção da revista, a tentativa de aproximação entre políticos de parte da esquerda chilena, ligada, durante o governo de Salvador Allende, à UP, como Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, e setores mais progressistas da DC, representados por membros insígnies do partido, como Bernardo Leighton e Esteban Tomic, estes que, desde o primeiro momento, criticaram duramente o golpe militar e as teses favoráveis a tal desfecho no interior do partido democrata-cristão. As divergências e os embates políticos, refletidas sobretudo no âmbito parlamentar, entre membros da UP e da DC, durante o governo de Salvador Allende, foram assumidas por Leighton e Tomic, como representantes da ala crítica do partido, a partir da constatação do erro político em razão de toda a coletividade democrata-cristã não ter sido capaz de ampliar o diálogo, de modo a tentar evitar o movimento golpista e a brutal repressão posterior perpetrada pelos militares. Similar raciocínio pode ser feito sobre a UP, com base na visão da revista e na autocrítica de alguns integrantes da coalizão, referente à suposta incapacidade da esquerda chilena de buscar alternativas táticas mais eficazes de

⁵ Solar, J., “Revista *Chile-América*”, Disponible en <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. [Consultado el 12 de septiembre de 2018].

unidade em favor da institucionalidade democrática, por mais que houvesse desgaste e discordâncias político-programáticas na relação com a DC.

De maneira central, a revista se apresentou como resultado da iniciativa de um grupo de políticos e intelectuais da DC e da UP que propunham agregar forças em uma luta unitária pelo restabelecimento de práticas e instituições democráticas. *Chile-América* se prestou, então, a ser uma tribuna de forças progressistas que se dispunham à “*defensa de los derechos humanos, del nivel de vida de los trabajadores, de la independencia nacional y de las libertades públicas*”. No texto de fundação, ainda se lê que “*Chile-América quiere hacer llegar esta voz unitaria al mayor número de personas, dentro y fuera de Chile, a fin de que no se adormezca la conciencia democrática*”.⁶ O texto fundacional foi denominado *Posición y propósitos*, e uma parte dele, contendo as ideias centrais, esteve presente em todas as edições a partir do número 3, antecedendo os editoriais de cada edição. Vinha sempre abaixo dos nomes do *Comité Editor*, de maneira a lembrar a essência do projeto editorial que fundou *Chile-América*, conectando-se, a cada número, com os editoriais em questão e com todo o conjunto das publicações da revista:

*Nos ha parecido indispensable canalizar la voz de cristianos que, militando en la Unidad Popular o fuera de ella, luchan contra la dictadura de la Junta Militar chilena. El Comité Editor de esta publicación está formado por personas que pertenecen a la Unidad Popular y personas que pertenecientes a la Democracia Cristiana condenaron desde el primer momento el golpe militar contra el Presidente Allende y el régimen de fuerza nacido de la intervención. Pero no queremos ser una voz excluyente sino unitaria. Nuestro esfuerzo se integra a la gran tarea común de rescatar a Chile de la dictadura y abrir el camino a una democracia más fuerte y renovada que devuelva a los chilenos la justicia, la dignidad y la libertad.*⁷

Mostrou-se claro, dessa maneira, o tom das publicações político-partidárias de oposição à ditadura que a revista proporcionaria em suas edições, atreladas às mensagens de resistência, direitos humanos e muitos documentos de denúncia do que ocorria no Chile. Também foi explicitado o público mais amplo que seus editores pretendiam contemplar: os chilenos em seu país e no exílio, bem como a comunidade internacional, sobretudo os meios políticos, culturais e as organizações

⁶ Editorial, 1974, “Posición y propósitos” en *Chile-América*, Roma, núm. 1, pp. 3-4.

⁷ Comité Editor, 1974, “Posición y propósitos, ideas expresadas en el primer editorial” en *Chile-América*, Roma, núm. 3, p. 3.

de direitos humanos influentes, meios nos quais a revista pudesse se projetar de maneira vital e as suas ideias pudessem ecoar e ter resultados efetivos no que diz respeito à condenação da atroz violência do Estado chileno. Segundo Julio Silva Solar, a revista - que, para além do espanhol, publicou algumas edições em italiano e em francês -, circulou por cerca de 66 países, em boa medida europeus, muito embora tenha sido lida no Chile e em países latino-americanos, com destaque para a Venezuela, país politicamente ligado a forças progressistas de esquerda e democrata-cristãs.⁸

A partir da edição 48-49, o *Comité Editor* passou a ser denominado *Consejo de Chile-América*, e seu texto programático sofreu alterações, especificando propósitos, porém sem mudanças em sua linha político-editorial. Asseverou-se, de forma ainda mais detalhada, que a revista se construía impulsionada pelo objetivo de “*enjuiciar el régimen impuesto por la dictadura, denunciar su atropello a los derechos humanos, y promover el análisis crítico de los hechos que condujeron a la actual situación*”. Além do mais, aprofundando suas pautas de luta, *Chile-América* argumentou ser um espaço de “*encuentro, estudio, confrontación de ideas*”, aportando “*al conocimiento de la nueva realidad y a la elaboración de políticas adecuadas para enfrentarla*”. Reafirmando questões tangentes à editoria política da revista, os editores de *Chile-América*, como membros da DC, IC e MAPU, expuseram a inspiração e valores social-cristãos como fundamentos comuns de suas ações que, naquele momento, voltavam-se para a urgente “*lucha contra la Junta Militar y el fascismo en nuestro país*”, objetivo estratégico compartilhado por todos os partidos da oposição à ditadura. Assim, não obstante a filiação política de cada um deles, o *Comité Editor* apresentou como objetivo essencial “*servir como un lugar de encuentro, de análisis, al que puedan concurrir las diversas corrientes a fin de facilitar el diálogo (...) y la búsqueda de todo aquello que permita sumar fuerzas*”.⁹

Tal objetivo, impresso na concepção da revista, permitiu que muitas vozes da política chilena, das Igrejas cristãs, lideranças e representantes dos organismos de direitos humanos se expressassem em suas páginas até o encerramento de suas publicações em outubro de 1983. Todavia, mesmo apresentando-se como espaço plural, não

⁸ Solar, J. “Revista *Chile-América*”, Disponible en <http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. [Consultado el 12 de septiembre de 2018].

⁹ Consejo de Chile-América, 1975, “Posición y propósitos” en *Chile-América*, Roma, n. 48-49, p. 7.

foram endossadas pela revista estratégias que apostavam na luta insurrecional/armada contra a ditadura, presentes sobretudo no *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e no Partido Comunista (PC) durante a década de 1980, com a *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMR).¹⁰

O acolhimento em relação aos militantes da UP, em especial na Europa, foi mobilizado pela comoção internacional desencadeada pelo golpe chileno e o interesse dos governos e das formações políticas de esquerda ou social-democratas em conhecer mais sobre a experiência de governo popular e a perspectiva da “via chilena ao socialismo” de Salvador Allende. No caso da DC, podemos apontar para a força da Democracia Cristã internacional, com destaque para a italiana.¹¹ Em editorial dedicado aos 6 meses de *Chile-América*, completados em fevereiro de 1975, foram saudadas as colaborações obtidas no exterior, sobretudo em relação a “*los amigos italianos*”. Podemos relacionar a menção feita aos italianos, no editorial, à acolhida e suporte material que os membros do núcleo central de *Chile-América* receberam no exílio. Vale dizer que sua linha política pela renovação do socialismo, ao final dos anos 1970 e início dos 1980, vinculou-se às mudanças ocorridas em parte da esquerda na Itália, em especial. O eurocomunismo de Enrico Berlinguer, por exemplo, ao questionar o socialismo real e os preceitos marxista-leninistas, exerceu forte influência nos editores da revista, como revelou José Antonio Viera-Gallo em entrevista ao autor deste artigo.¹²

Na mesma entrevista, ao ser questionado sobre quais teriam sido as redes de solidariedade que eles tiveram em Roma, José Antonio Viera-Gallo afirmou que os exilados, em geral, não somente os membros de *Chile-América*, obtiveram apoio político fundamental de grande parte das forças de centro-esquerda da Europa, além dos organismos humanitários do “mundo cristão” progressista, sob os auspícios do *Consejo Mundial de Iglesias*.

Em razão do amparo político e humanitário europeu, foi criada a *Oficina de Chile Democrático* ou simplesmente *Chile-Democrático*, que funcionava na capital italiana. Dirigida pelos chilenos Benjamín Teplizky, liderança do Partido Radical (PR), e Jorge

¹⁰ A respeito do PC chileno ao longo dos anos 1980, ver Vallejos Rolando, 2008: 19-82.

¹¹ Ver Rojas, Santoni, 2013: 123-142.

¹² Viera-Gallo, 2018.

Arrate, do Partido Socialista (PS), *Chile-Democrático* foi constituído por membros dos partidos políticos chilenos de centro e da esquerda, que se reorganizaram no exílio, como o próprio PR, PS, PC, MAPU e IC, e contava com aporte financeiro de governos da Europa ocidental, sobretudo os de viés social-democrata. A função central de *Chile-Democrático*, em grande parte do período da ditadura, foi a de propiciar assistência, unidade e coordenação para o ativismo do exílio chileno, orientando a organização e as ações de iniciativas voltadas para a causa democrática no Chile, incluindo a luta pelos direitos humanos.¹³

Os editores de *Chile-América* trabalharam muito próximos à *Chile-Democrático*, de onde receberam suporte material e político para a produção da revista. *Chile-Democrático* e *Chile-América* atuaram conjuntamente pelo retorno à democracia e na denúncia à violação de direitos humanos. Muitos nomes que contribuíram com o trabalho de articulação e reorganização política dos exilados, militantes e dirigentes partidários em *Chile-Democrático*, tiveram textos publicados na revista chilena, com destaque para as lideranças dos partidos de esquerda. Benjamín Teplizky e Jorge Arrate, por exemplo, foram importantes colaboradores de *Chile-América*, interlocutores dos editores da revista.

Passamos, então, a analisar como *Chile-América*, através de seus editores, atuou efetivamente no exílio e como se deu sua contribuição ao campo da oposição política à ditadura e em relação ao circuito de denúncias no qual estava inserida.

Casos representativos da repressão e as redes transnacionais de resistência política, denúncia e solidariedade com a causa democrática chilena

Como daremos maior ênfase a partir de agora, a repressão institucionalizada e a violência política (estatal e para além do Estado) foram abordagens, em seu caráter denunciatório, centrais para *Chile-América*. As denúncias e a defesa dos direitos humanos compuseram, junto ao debate político, o principal objetivo do projeto editorial da revista, forma de intervenção pública por parte de seus editores. Dessa

¹³ Viera-Gallo, 2018. Sznajder & Roniger, 2013: 291.

maneira, o trabalho de edição de *Chile-América* reuniu, em suas páginas, acervo documental valioso e significativo acerca da violação de direitos humanos praticada pela ditadura chilena, adquirido sobretudo através da atuação dos organismos de direitos humanos no Chile e aqueles sediados no exterior, além de instituições partidárias e suprapartidárias de solidariedade com a luta chilena contra a violência de Estado e pela democracia. Como veremos, as conexões estabelecidas com a *Vicaría de la Solidaridad*, no Chile, organização católica de direitos humanos portadora de um importante acervo documental de denúncias (em função da assistência jurídica e psicológica prestada junto aos perseguidos pela ditadura chilena e seus familiares), municiam *Chile-América* com informações as quais a revista fazia circular no âmbito transnacional.

Quando pensamos em redes transnacionais de solidariedade com a causa chilena, abordamos aqui conexões políticas e humanitárias constituídas por instituições, não tanto por nomes individualizados, embora eles apareçam e se sobressaiam em alguns casos. Trataram-se, portanto, de amplas redes de circulação das informações, estruturadas para levar a efeito as denúncias, possuindo caráter institucionalizado e não personificado.

Assim, pensamos na constituição de redes, no plural, pelas muitos contatos e relações que estabeleceu *Chile-América* de maneira a resistir e exercer sua oposição à ditadura militar chilena. Podemos falar em dois caminhos constitutivos das redes nas quais se envolveu *Chile-América*: um de caráter mais humanitário, constituído por partidos e formações políticas, mas especialmente pelas instituições das Igrejas e do mundo cristão liderado pelo *Consejo Mundial de Iglesias*, dirigido por Charles Harper; e o outro mais estritamente político-partidário, com discussões políticas próprias e contingentes. Porém, com um movimento que estabelecia intersecções, os direitos humanos e as projeções de alternativa democrática para o Chile, de algum modo, estiveram na interface dos dois caminhos ou polos de resistência, o humanitário e o político.

No que concerne à crítica e à denúncia efetivadas nos editoriais de *Chile-América*, direcionemo-nos ao presente na edição de número 5 (1975), intitulado *La Junta Militar ante el juicio internacional: el fracaso de Ginebra*. As notícias nele divulgadas foram alentadoras aos leitores da revista a respeito da condenação internacional ao governo

autoritário da Junta Militar em sessões diversas levadas a cabo por distintos organismos transnacionais.¹⁴ Nas páginas seguintes, na seção *Derechos Humanos*, foram publicados documentos referentes às resoluções das organizações de direitos humanos sobre o uso sistemático de violência e arbitrariedades como política da ditadura de Augusto Pinochet.

Como iniciativa editorial, *Chile-América* se prestou a cumprir seu trabalho de mediação política ao dar a conhecer documentos elaborados por importantes instituições que atuaram em cenário transnacional das denúncias, do qual, como impresso do exílio, a própria revista era fruto. Reforçamos essa ideia em razão da concretude que foi esse propósito, tanto assim que se pôde ler em suas páginas: “*Con el objetivo de contribuir a la formación de un buen archivo sobre el problema de los Derechos Humanos en Chile, insertamos en este anexo de nuestra publicación regular, cuatro documentos relacionados con el tema abordado en el editorial*”.¹⁵ Os quatro documentos mencionados foram a *Resolución sobre Chile de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas*, *El informe del Comité Ad Hoc de la Unión Interparlamentaria Mundial sobre Chile*, *El Informe Preliminar de la Comisión de la OIT* e *El testimonio del general Sergio Poblete*.

No *Informe del Comité Ad Hoc de la Unión Interparlamentaria Mundial sobre Chile*, foi difundido que “*a la luz de las evidencias contenidas en el informe, el Comité ad hoc está convencido de que actualmente en Chile no existe ningún estado de derecho*”, complementando que “*el gobierno continúa suprimiendo las libertades y derechos fundamentales efectuando, para justificar sus acciones, modificaciones ilegales a la Constitución a través de decretos-leyes que hasta tienen efecto retroactivo*”.¹⁶ O documento enumerou, na sequência, uma série de atos e eventos que exemplificaram a natureza autoritária do governo da Junta Militar e a consequente supressão de direitos no Chile. Dentre os quais, o texto mencionou as detenções arbitrárias, encarceramentos sem os devidos processos legais e com submissão a torturas, castigos e tratamentos degradantes; violação da liberdade de expressão e informação, assim como dos direitos políticos, educacionais, culturais e sindicais; expulsão da pátria e privação do exercício da cidadania.

¹⁴ Editorial, 1975, “La Junta Militar ante el juicio internacional: el fracaso de Ginebra” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, pp. 7-9.

¹⁵ *Chile-América*, 1975, “Resolución sobre Chile de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, p. 33.

¹⁶ *Chile-América*, 1975, “El informe del Comité Ad Hoc de la Unión Interparlamentaria Mundial sobre Chile” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, p. 34.

No também citado testemunho do general Sergio Poblete, oficial da Força Aérea chilena, foi mencionada a morte do general Alberto Bachelet, militar opositor ao golpe, na prisão pública de Santiago, onde os dois dividiram cela. Três dias antes da sua morte, Bachelet havia sido levado à *Academia de Guerra Aérea* (AGA), local em que foi interrogado e recebeu maus tratos por parte de seus ex-companheiros e alunos da *Fuerza Aerea de Chile* (FACH). Dentre seus algozes, responsáveis pelas torturas que sofreu, estavam o comandante Edgar Ceballos e o general Ramón Cáceres Jorquera. Encontrando-se debilitado na prisão pública, faleceu por problemas cardíacos no dia 12 de março de 1974. Sergio Poblete ainda abordou sobre aspectos da detenção, em janeiro de 1975, e do posterior exílio da viúva do general Bachelet, Ángela Jeria, e da filha do casal, Michelle Bachelet, que viria a ser presidenta do Chile em dois mandatos, 2006 a 2010 e 2014 a 2018, pelo Partido Socialista. Além disso, Poblete detalhou momentos na prisão e as torturas sofridas por vários presos políticos, com os quais ele teve contato.¹⁷ Vale atentar para o fato de que seu depoimento ocorreu durante sessão da Comissão Internacional Investigadora, organismo sediado na Finlândia e composto sobretudo por especialistas da área jurídica de distintos países, sob o respaldo de dirigentes políticos chilenos e estrangeiros.

Novamente, a atuação de um organismo transnacional foi tema dos editoriais, dessa vez o da edição 19-20-21, de junho e julho de 1976. O principal assunto discutido foi referente à VI Assembleia da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Santiago, com repercussão internacional importante. O informe apresentado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão próprio da OEA composto por juristas de distintos países, foi considerado “*lapidario*” pela revista por acumular impressionantes antecedentes, provas e denúncias circunstanciadas sobre os crimes da Junta Militar até aquele momento, julho de 1976. Bem fundamentado, o informe estruturou-se em capítulos quase didáticos que se designaram em termos de direitos sistematicamente violados pelo Estado ditatorial chileno: direito à vida; à liberdade pessoal; à integridade pessoal; à justiça e processo regular; à expressão de

¹⁷ *Chile-América*, 1975, “El testimonio del general Poblete” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, p. 39. Em outra edição, *Chile-América* rememorou os três anos da morte do general Bachelet, a prisão de sua esposa, Angela Jeria, e de sua filha, Michelle Bachelet, no centro clandestino de *Villa Grimaldi*. Ver *Chile-América*, 1977, “Se cumplen tres años de la muerte del general Bachelet” en *Chile-América*, Roma, núm. 25-26-27, pp. 10-12.

pensamento e de informação; à reunião e associação; por fim, violação aos direitos políticos, pelo fato dos partidos estarem proibidos ou em recesso, além das eleições suprimidas.

Vale lembrar que foi um dos documentos iniciais mais significativos até então apresentados sobre os crimes da ditadura, o segundo informe da OEA sobre o Chile. Mesmo a OEA tendo sido vista, por vezes, com ressalvas, por abrigar, naquela conjuntura, representação de alguns países membros governados por ditaduras, a revista julgou ter sido relevante tamanha exposição das chagas provocadas pela Junta Militar por e para um organismo internacional em solo chileno. Por se realizar em Santiago, “*los chilenos pudieron observar de cerca la situación*”, pontuava a revista, e as fundamentadas acusações da Comissão da OEA foram corroboradas por outro documento elaborado por cinco advogados chilenos atuantes na defesa dos direitos humanos, Jaime Castillo Velasco, Andrés Aylwin Azócar, Héctor Valenzuela Valderrama, Fernando Guzmán Zañartu e Eugenio Velasco Letelier, sendo os três primeiros políticos importantes pertencentes à DC. Velasco Letelier foi membro do PIR, partido de centro-progressista oriundo da divisão no Partido Radical (PR).

O clima de efusividade das discussões no transcorrer da Assembleia, para *Chile-América*, foi positivo, em virtude de que a OEA, por momentos, possibilitou que ressurgissem, em alguma medida, o debate político, a confrontação de ideias, a condenação moral pública da ditadura, ou seja, o que não se encontrava permitido, abertamente, no Chile. E complementou: “*un voluminoso informe fué preparado por especialistas de diversas orientaciones, en el cual se abordan los principales problemas que aquejan al pueblo y a la nación, el que también se entregó a los delegados*”. A Junta Militar não esteve preparada para isso, para tamanha confrontação sobre suas posições, “*ni siquiera su débil respuesta al documento de la comisión de derechos humanos pudo disminuir el efecto impactante de éste*”.¹⁸

Além do trabalho de mediação, ao coligir, editar e produzir documentação tangente aos direitos humanos, com listas de vítimas, depoimentos, comentários e dados diversos sobre a repressão, os editores de *Chile-América* abordaram acontecimentos pontuais e emblemáticos de violência política. Fatos marcantes por terem tido o

¹⁸ Editorial, 1976, “La Asamblea de la OEA en Santiago” en *Chile-América*, Roma, núm. 19-20-21, pp. 5-12.

envolvimento, no centro da circulação das informações, de nomes importantes da história política recente chilena, como Bernardo Leighton (de *Chile-América*) e Orlando Letelier, projetando de forma ainda mais negativa a liderança de Pinochet. Bernardo Leighton e sua esposa Anita Fresno foram alvos de atentado na Itália em outubro de 1975, ação executada por neofascistas em associação com a DINA, apontando para as conexões internacionais da ditadura e a perseguição a seus inimigos mais combativos, mesmo estando eles no exílio. *Chile-América*, na edição de número 10-11, pouco após o atentado, tratou de dar larga repercussão ao caso, vinculando de imediato o ocorrido na Itália, de patente finalidade política, com a ditadura chilena. Em suas palavras, “*el dispositivo criminal de la dictadura demostró tener un largo brazo que llegó hasta Roma y trató de asesinar a Bernardo Leighton*”.¹⁹ Se, em um primeiro momento, tal acusação peremptória pode ter sido baseada em fortes suspeitas dos editores da revista (não sem fundamentação),²⁰ dada a atuação ativa e influente de Leighton no exílio, depois ver-se-ia confirmar, segundo documentos desclassificados da CIA, que Stefano Delle Chiaie, neofascista italiano autor do atentado, havia tido contato com o ex-agente da CIA e da DINA, o americano Michael Townley - autor dos respectivos atentados contra Carlos Prats e Orlando Letelier -, para preparar a ação contra Leighton.²¹

Além de noticiar e dar explicações as mais fundamentadas possíveis, apoiadas em informações da imprensa italiana e na versão de Anita Fresno, a revista *Chile-América* mencionou a solidariedade de dirigentes políticos os mais diversos. Durante o processo de recuperação, Fresno e Leighton receberam visitas e manifestações dos companheiros Julio Silva Solar, José Antonio Viera-Gallo, Esteban Tomic e Fernando Murillo; de membros e lideranças da IC e do MAPU; de dirigentes partidários chilenos residentes em Roma e demais exilados; do ex-embaixador chileno Carlos Vasallo, um dos principais colaboradores de *Chile-América*; e de políticos da DC italiana, do Partido Comunista italiano (PCI), da Unión Mundial

¹⁹ *Chile-América*, 1975, “El largo brazo criminal de la Junta fascista llego hasta Roma: atentado contra Leighton y su esposa” en *Chile-América*, Roma, núm. 10-11, p. 161.

²⁰ Ver *Chile-América*, 1975, “Cómo y dónde se perpetró el atentado” en *Chile-América*, Roma, núm. 10-11, pp. 168-170.

²¹ “A 42 años del atentado a Bernardo Leighton”, Disponible en: <https://ww3.museodelamemoria.cl/Informate/a-42-anos-del-atentado-a-bernardo-leighton/>. [Consultado el 03 de septiembre de 2020].

Demócrata Cristiana (UMDC) e da Internacional Juvenil da DC. Rafael Augustín Gumucio e Bosco Parra, dirigentes da IC e amigos de Bernardo Leighton, deixaram a França e a Suécia, respectivamente, onde se encontravam exilados, para o visitarem em Roma. O mesmo sucedendo a Patricio Aylwin, presidente da DC, desde o Chile. Radomiro Tomić, Gabriel Subercaseaux, Claudio Huepe e demais dirigentes democrata-cristãos manifestaram solidariedade.

O presidente do Senado italiano, Giovanni Spagnoli, ao iniciar uma sessão no parlamento, condenou com indignação o atentado contra o “*ilustre huesped (...), exiliado en Roma después del golpe de estado liberticida, autorizado expoente de la resistencia democrática chilena*”.²² Suas palavras, reproduzidas em *Chile-América*, foram bastante significativas no sentido de percebermos a recepção dos italianos a Bernardo Leighton e provavelmente a seu núcleo mais próximo, incluindo Silva Solar e Viera-Gallo, os dois que permaneceram todo o exílio na Itália. No mesmo sentido se expressou Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI, voz influente do eurocomunismo no país. Ademais, a DC italiana organizou ato público de denúncia do atentado e solidariedade com Bernardo Leighton e Anita Fresno, que se realizou em Roma em 11 de outubro, 5 dias após o ocorrido, com significativa participação e manifestação de autoridades, como os presidentes do Senado e da Câmara italianos, e da Associação Itália-Chile, organismo de solidariedade com o povo chileno criado pelos partidos italianos de esquerda, republicanos e democrata-cristãos.²³

Mesmo considerando que o fato em questão, ou seja, um atentado no qual Bernardo Leighton e Anita Fresno quase perderam as vidas, possa ter provocado certo aguçamento das sensibilidades nas manifestações de solidariedade, ainda assim, tal rede de apoio a Leighton, noticiada em *Chile-América*, nos fornece interpretação sobre a magnitude de organizações, formações políticas, partidos e autoridades que estiveram articuladas à resistência chilena na Europa, na Itália e, de modo especial, com a participação dos personagens fundamentais por trás do projeto político-editorial da revista. Em outras palavras, o atentado nos mostrou redes já existentes em prol da luta chilena pela democracia, compreendendo personagens e instituições

²² *Chile-América*, 1975, “El largo brazo criminal de la Junta fascista llega hasta Roma: atentado contra Leighton y su esposa” en *Chile-América*, Roma, núm. 10-11, p. 162.

²³ *Ibid.*, p. 164.

distintas, redes receptoras de exilados e nas quais *Chile-América* era um representante de peso no trabalho de denúncia e articulação política, certamente o principal impresso do exílio chileno nesse aspecto.

Um dos textos editoriais da edição 14-15, veiculado como nota-comentário da revista, de janeiro e fevereiro de 1976, pôs-se a dar continuidade à série de publicações condenando o atentado sofrido por Leighton e Fresno em Roma, solidarizando-se novamente com os dois. *Chile-América* veiculou versão informativa do *Boletín Oficial de la Unión Mundial Demócrata Cristiana n. 10*, texto nomeado “*Especial Bernardo Leighton*”, reportando ao atentado cometido na Itália, ao testemunho dos médicos, à relevância histórica da trajetória política de Leighton no Chile, à indignação internacional e à solidariedade das diversas formações democrata-cristãs de distintos países. Comentado em editorial por *Chile-América*, o documento da UMDC, organismo com sede em Roma, foi taxativo ao condenar e atribuir o atentado ao regime de Augusto Pinochet. O mesmo foi feito pelas formações democrata-cristãs cujas mensagens de solidariedade foram mencionadas pelo boletim da UMDC, como La Unión Internacional de lo Jóvenes Demócratas Cristianos (UIJDC), La Unión Europea DC (UEDC) e a Organización Demócrata Cristiana de América (ODCA).²⁴

É válido lembrar que muitas dessas entidades/organizações não eram noticiadas em vão por *Chile-América*. A capacidade dos editores da revista de estarem a par da atuação dessas formações e seus impressos políticos se justificava pela própria presença deles -como intelectuais mediadores e levando o nome e prestígio da revista- nos mesmos círculos de denúncias e atuação política contra a ditadura, como temos argumentado. Ou seja, muitas informações eram compartilhadas e circulavam entre os impressos estrangeiros que compuseram a solidariedade internacional com o Chile. Por exemplo, resolução da UEDC condenando a violação de direitos humanos pela Junta Militar, em sessão realizada em Bonn, na Alemanha Ocidental, em setembro de 1974, dizia apoiar terminantemente a resistência chilena e democrata-cristã contra a política de violência, com base nos princípios do direito e da

²⁴ Editorial, 1976, “El ‘Especial Bernardo Leighton’ en el boletín UMDC” en *Chile-América*, Roma, núm. 14-15, pp. 14-16.

liberdade.²⁵ É de se supor sua próxima relação com *Chile-América* não somente em razão dos democrata-cristãos Bernardo Leighton e Esteban Tomic, mas considerando que Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo eram nomes expressivos e articuladores da resistência chilena no exílio, cuja formação e trajetória políticas vinculavam-se à DC chilena e/ou a formações políticas oriundas do partido, como o MAPU e a IC.

Mesmo Bernardo Leighton possuindo uma história consolidada e reconhecida (ajudou a fundar a DC, foi parlamentar e ministro no Chile, com destaque para o *Ministerio del Interior* no governo de Eduardo Frei Montalva), ainda mais próximo dos políticos progressistas da Itália após o golpe no Chile, o boletim da UMDC se preocupou em apresentá-lo ao público italiano que, porventura, não o conhecesse, com dados importantes sobre sua trajetória política. A história de Leighton, assim se expressou em trecho reproduzido diretamente por *Chile-América*,

*es, en síntesis, la historia de la DC chilena desde su primer aparecer, en el lejano 1935, como “falange” de jóvenes católicos progresistas, pertenecientes al movimiento juvenil conservador, a su transformación de la originaria “Falange Nacional”, definitivamente separada del Partido Conservador desde 1938, en el “Partido Demócrata Cristiano de Chile”, en 1957, para llegar con la clamorosa victoria en las elecciones de 1964 al primer gobierno demócrata cristiano.*²⁶

As manifestações de distintos organismos internacionais democrata-cristãos em relação a Bernardo Leighton, portanto, mostram-nos a capacidade de articulação em redes transnacionais nas quais *Chile-América* manteve-se conectada através de seus editores/mediadores políticos. Por ser um nome de prestígio, podemos reiterar que Leighton transferiu seu capital político à revista, sobretudo no sentido das associações com as agremiações democrata-cristãs, mas certamente não foi o único. Dentro do debate político, em especial, mais que Bernardo Leighton, Julio Silva Solar e José Antonio Viera-Gallo, em *Chile-América*, mostraram-se intelectuais de relevo ao se inserirem de maneira qualificada nas discussões públicas, nas proposições

²⁵ *Chile-América*, 1974, “La Unión Europea Demócrata Cristiana condena la violación de derechos humanos en Chile” en *Chile-América*, Roma, núm. 2, p. 20.

²⁶ Editorial, 1976, “El ‘Especial Bernardo Leighton’ en el boletín UMDC” en *Chile-América*, Roma, núm. 14-15, p. 15.

alternativas à ditadura, assumindo, cada vez mais (sem a presença de Leighton, após o atentado), o protagonismo na inserção da revista no centro da oposição à ditadura. As conexões com organizações, autoridades e personalidades políticas estrangeiras ainda foram vistas algumas edições posteriores. Por exemplo, quando da morte de Orlando Letelier, *Chile-América* retomou o atentado a Bernardo Leighton ocorrido um ano antes. Dentre as homenagens e votos de convalescência na Itália, estiveram as publicações da DC italiana, representada pelas palavras de Benigno Zaccagnini, secretário-geral do partido; Amintore Fanfani, então presidente do Senado; e Luigi Granelli, do Departamento Internacional da DC. Além deles, a União Mundial da DC também enviou mensagem de apoio, elevando a trajetória pública de Leighton no Chile. Contudo, a manifestação que engrandeceu e expôs a relevância política de Bernardo Leighton na luta contra a ditadura foi a do secretário-geral da UIJDC, o guatemalteco Marco Antonio Barahona. Para ele, a figura de Leighton deveria ser atrelada à causa da liberdade e da justiça, como emblema da resistência contra a opressão.²⁷ O secretário da UIJDC havia feito, em abril de 1974, uma entrevista com Bernardo Leighton, com vistas a produzir documento destinado a integrar o livro *Chile, una lección*. Editado pelos democrata-cristãos italianos, a obra consistiu em analisar os pontos de vista dos democrata-cristãos chilenos mais progressistas, ressaltando a liderança de Leighton.²⁸

Sua trajetória de luta, como vemos, encontrava-se consagrada no meio político nacional e internacional, “*punto de unión de la resistencia externa e interna*”,²⁹ e a revista *Chile-América*, obviamente, prestigiada por ter vinculada a ela o nome e a contribuição política e intelectual de personagem tão expressivo.

A citada morte de Orlando Letelier, no dia 21 de setembro de 1976, foi outro acontecimento de grande incidência na opinião pública internacional, sobre o qual *Chile-América* participou ativamente na busca por informações e denúncia, repercutindo o atentado ocorrido em Washington, Estados Unidos, que vitimou o ex-ministro da Defesa e Relações Exteriores e embaixador do governo de Salvador

²⁷ *Chile-América*, 1976, “A un año del atentado contra Bernardo Leighton” en *Chile-América*, Roma, núm. 22-23-24, pp. 14-16.

²⁸ *Chile-América*, 1975, “El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, p. 53.

²⁹ *Chile-América*, 1976, “La Junta apela a nuevas técnicas terroristas en un vano esfuerzo para mejorar su imagen” en *Chile-América*, Roma, núm. 22-23-24, p. 120.

Allende, pertencente à *Dirección Exterior* do PS chileno. Em editorial de edição de 1976, logo da morte de Letelier, *Chile-América* creditou o brutal assassinato à retaliação da ditadura pela atuação política socialista do ex-ministro, que o levou, inicialmente, à prisão em *Dawson* (campo de prisioneiros políticos da ditadura) após o golpe militar. No entanto, a revista não teve dúvidas em apontar que outros fatores foram ainda mais determinantes para tamanha brutalidade contra ele: a influência, os amplos contatos nos EUA e a forte campanha que Orlando Letelier exercia contra a ditadura chilena. Informava a revista sobre o atentado: “*un nuevo crimen abonda el drama de los chilenos. Esta vez fué en Washington. (...) La explosión de una bomba oculta en el interior de su automóvil causó la desgracia*”.³⁰ No veículo, junto a Letelier, estavam Ronnie Moffit, jovem secretária do político chileno, que também morreu com a explosão, e o marido dela, Michael Moffit, sobrevivente, economista que colaborava com o ex-ministro de Allende em um instituto de estudos políticos nos Estados Unidos. Dias antes do atentado realizado com a participação proeminente de Michael Townley,³¹ o mesmo que teve ligação com os respectivos ataques a Carlos Prats, em Buenos Aires, e a Bernardo Leighton e Anita Fresno, em Roma, Orlando Letelier teve sua nacionalidade, sua condição de cidadão chileno, retirada pela ditadura pinochetista. O editorial *El asesinato de Orlando Letelier* se preocupou em demonstrar a repercussão internacional de mais um atentado fora das fronteiras do Chile à outra figura pública do país, de trajetória política importante. A ênfase na abordagem recaiu sobre as manifestações dos organismos de direitos humanos e da imprensa internacional, condenando enfaticamente o acontecimento. Sobre o âmbito nacional, o foco de discussão, no texto, esteve, como de costume na revista, no jornal *El Mercurio*, seu principal inimigo na mídia impressa, comumente alinhado à ditadura e que, embora não negando, buscou mitigar, segundo *Chile-América*, as ligações diretas estabelecidas

³⁰ Editorial, 1976, “El asesinato de Orlando Letelier” en *Chile-América*, Roma, núm. 22-23-24, p. 7.

³¹ Michael Townley foi definido pela revista *Chile-América*, ao acompanhar e abordar as investigações do atentado a Letelier, como agitador e agente terrorista reconhecido por suas ações, especialista em radiocomunicação, havendo evidências de que esteve ligado à estação da CIA em Santiago durante o processo de desestabilização do governo de Salvador Allende, período em que estabeleceu contato com o movimento de extrema direita *Patria y Libertad*. Diante da tentativa da ditadura chilena de se desvencilhar das ações de Townley, a revista publicou matérias em caminho oposto, vinculando o agente à DINA e a Pinochet. Ver *Chile-América*, 1978, “Los extraordinarios esfuerzos para encubrir los hechos” en *Chile-América*, Roma, núm. 39-40, pp. 185; *Chile-América*, 1978, “Después de Townley, a quién le toca?” en *Chile-América*, Roma, núm. 41-42, pp. 195-199.

entre o atentado e o governo de Pinochet, mais precisamente através de sua força de inteligência e repressão, a DINA.

O que, todavia, consolava a voz corrente na edição da revista era o fato de que o assombro do mundo diante de tantas barbaridades se convertia em campanha uníssona de denúncia a respeito dos crimes contra os direitos humanos. Constatando a capacidade de resistência ainda tibia no interior do país, muito embora houvesse a atuação reconhecida da Igreja Católica no campo social e humanitário, amparava-se na indispensável reação internacional, “*lo único que consigue refrenar, al menos, los horrores de la dictadura*”.³²

Nesse sentido, a revista ressaltou os trabalhos das comissões de direitos humanos da ONU, da OEA, da OIT e da Anistia Internacional que respaldavam as denúncias contra a DINA, reforçados pela atuação de membros das Igrejas cristãs no Chile, inicialmente através do *Comité Por la Paz* (COPACHI) e, depois, da *Vicaría de la Solidaridad*. Argumentou-se que “*se han acumulado pruebas abrumadoras de los crímenes de la DINA. (...) Si ‘El Mercurio’ cree que todo eso es exagerado puede recurrir a los informes y archivos*” dos mencionados organismos. A revista aludiu às conexões e aos cruzamentos das denúncias e dos discursos humanitários que tais organizações exerciam dentro e fora do Chile. Ao final, *Chile-América* criticou a ditadura por recorrentemente preferir evadir-se de seus problemas atribuindo as acusações sofridas à suposta “*campanha do marxismo internacional*” contra Pinochet.³³

Em mais uma manifestação condenatória, o pronunciamento da Comissão de Direitos Humanos da ONU, de março de 1977, em Genebra, denunciou a contínua e flagrante violação de direitos humanos no Chile, como destacou editorial da edição 28-29-30, de fevereiro-março-abril de 1977. A preocupação era referente, sobretudo, aos casos dos desaparecidos.³⁴ Na mesma edição da revista, o informe apresentado pelo Grupo de Trabalho Ad Hoc da Comissão, no 31º período de sessões da

³² Editorial, 1976, “El asesinato de Orlando Letelier” en *Chile-América*, Roma, núm. 22-23-24, pp. 7-8.

³³ Ibid., pp. 9-10. Em edições seguintes, na seção *Derechos Humanos*, a revista buscou se aprofundar nas informações sobre o atentado, mais uma vez com um aporte de informações substancial, adquiridas junto à imprensa chilena e estrangeira. Ver *Chile-América*, 1978, “El asesinato de Letelier: el Watergate de Pinochet?”; “El extraordinario esfuerzo para encubrir los hechos” en *Chile-América*, Roma, núm. 39-40, pp. 175-179 e pp. 184-188; *Chile-América*, 1978, “El caso Letelier: ha logrado Pinochet protegerse con una ‘coartada de fierro?’” en *Chile-América*, Roma, núm. 40-41, pp. 186-189.

³⁴ Editorial, 1977, “Trupción de tendencias en la dictadura” en *Chile-América*, Roma, núm. 28-29-30, p. 5.

Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro de 1976, entregou evidências consistentes sobre os desaparecimentos no país sob a ditadura. Nesse documento, de distribuição geral pela ONU, adquirido e reproduzido por *Chile-América*, afirmou-se que

*Hace ya mucho tiempo que, tanto dentro del país como por parte de las organizaciones internacionales, viene señalándose a la atención del Gobierno de Chile el problema de las personas desaparecidas. Repetidas veces se han presentado pruebas encaminadas a demostrar que la persona desaparecida había sido previamente detenida o presa por órganos oficiales del Gobierno chileno. Pero incluso en los casos que esa información fáctica se ha facilitado a las autoridades, estas se han negado a efectuar la investigación apropiada. (...) El Grupo [de la ONU] no ha tenido noticias de que se haya procedido a ninguna investigación adecuada, ni conocimiento de las conclusiones de dicha investigación. Entretanto, el dolor y la angustia siguen amargando la vida de las familias de esas personas desaparecidas.*³⁵

Tanto no informe da Comissão de Direitos Humanos da ONU, quanto no dossiê sobre presos e desaparecidos da Anistia Internacional, ambos contemplados nessa mesma edição da revista, fez-se expressa a relação direta entre os desaparecidos e a existência de centros de detenção não oficiais da ditadura. Ademais, nos dois documentos, registrou-se, com dados levantados, que os desaparecimentos se produziram, como política de estado, especialmente entre os anos de 1974, 1975 e 1976, contra-argumentando a tese da ditadura de que muitos dos que figuravam nas listas de desaparecidos, na realidade, caíram mortos durante os enfrentamentos com as Forças Armadas nos primeiros meses da resistência em 1973. Aqui, sobre tal ponto, fazemos referência às conclusões similares presentes no *Informe Rettig*, antecipadas argutamente pelo trabalho de investigação e informação de *Chile-América*. A revista fez questão de reafirmar o espaço considerável concedido em suas páginas para a divulgação e comentários desses documentos internacionais de direitos humanos, dada a importância em reforçar um trabalho conjunto de circulação da denúncia, um somatório de ações políticas e humanitárias visando conter a destruição das vidas no Chile e lograr conquistas democráticas para o país.³⁶

³⁵ *Chile-América*, 1977, “Las desapariciones constituyen la práctica más alarmante del conjunto de violaciones de los derechos humanos en Chile” en *Chile-América*, Roma, núm. 28-29-30, pp. 211-212.

³⁶ *Chile-América*, 1977, “Infructuosos esfuerzos del regimen militar para librarse de la condena mundial por las desapariciones en Chile” en *Chile-América*, Roma, núm. 28-29-30, pp. 209-210.

A situação do desaparecimento de pessoas no Chile, portanto, impulsionou crescente mobilização internacional e a atuação em redes políticas e humanitárias de solidariedade, resistência e informação. Junto à função cumprida pelas tradicionais comissões de direitos humanos de organismos transnacionais como a ONU, outras instituições, organizadas pela causa dos chilenos, cumpriram papel de denúncia e coleta de informações que contribuíram com o esforço coletivo em consolidar ampla resistência e oposição à ditadura, efetivando pressão que partia de distintos países. *Chile-América* analisou o contexto favorável no que se refere à solidariedade pela questão dos desaparecidos. A revista defendeu a ideia de que toda dimensão adquirida pelos desaparecimentos explodiu em 1975, com casos que de maneira recorrente vinham ao conhecimento público. Desde então, surgiram campanhas difundidas e organizadas para acompanhar o que se passou com presos-desaparecidos. Foram iniciativas solidárias, intensas atividades humanitárias visando esclarecer sobre problema tão marcante da repressão no Chile, dentre as quais, a formação de comitês de “adoção de desaparecidos”. A função deles foi a de aprofundar as investigações e o levantamento de informações sobre um ou mais casos, detendo-se em situações mais pontuais, porém de valor ético universal.³⁷

Um exemplo dessas mobilizações foi o Comitê de Bochum, na Alemanha. Em franco diálogo e colaboração com *Chile-América*, desde o comitê escreveram para a revista explicando sobre sua atuação na defesa dos chilenos perseguidos e o desejo de ação conjunta, “*la intención simple de contribuir a enriquecer vuestro trabajo estadístico e informativo*”, fazendo chegar, então, à redação em Roma, os antecedentes de oito chilenos desaparecidos há mais de um ano, para os quais se realizou “*coordinada campaña de denuncias y presiones ante la opinión pública y organismos pertinentes, con el fin de que se logre su reconocimiento como presos políticos y su inmediata liberación*”. Em seguida, através do documento emitido da Alemanha aos editores de *Chile-América*, a revista, em seu trabalho de edição, listou nomes e dados desses desaparecidos que passaram por prisões políticas da ditadura ou que ainda estariam nelas (data da prisão, local, idade, filhos, estado civil), informações estas obtidas, sobretudo, mediante relatos de testemunhas que estiveram com as vítimas nos cárceres clandestinos de *Villa Grimaldi*

³⁷ *Chile-América*, 1977, “Hay una gigantesca movilización por los desaparecidos” en *Chile-América*, Roma, núm. 25-26-27, pp. 215-219.

(Santiago) e *Regimiento Maipo* (Valparaíso). Predomina na lista a descrição das vítimas como estudantes ou *obreros*, quatro homens e duas mulheres, a maioria detida em Viña del Mar.³⁸ Nota-se o importante trabalho de denúncia realizado pelo Comitê de Bochum, na Alemanha, e sua interlocução direta com *Chile-América*, que pronto deu repercussão aos dados, difundindo-os para seus leitores, informações que possivelmente abasteceram outros meios de comunicação e/ou outras comissões de direitos humanos.

Outro centro humanitário em comunicação direta com *Chile-América* e outras instituições pelos direitos humanos foi o Comitê pela Liberdade de Michelle Peña Herreros, organizado por um grupo de professores e alunos da Universidade de Columbia, em Nova Iorque. A situação da chilena, denunciada pela revista ao abordar dirigentes socialistas desaparecidos (Exequiel Ponce, Carlos Lorca, Ricardo Lagos Salinas e Carolina Wiff Sepúlveda), era especialmente sensível. Ela foi presa em junho de 1975 com gestação avançada, de 8 meses. Estudante do curso de engenharia da *Universidad Técnica del Estado*, seu caso foi tomado oficialmente pela instituição norte-americana que, sensibilizada, organizou campanha para chamar a atenção da comunidade internacional sobre as atrocidades da ditadura. A universidade afirmava trabalhar para conseguir informações de Michelle Peña Herreros, enviando cartas a Santiago e ao Departamento de Estado em Washington, mobilizando chilenos no exílio, comunicando sobre a oferta de beca completa para que ela, ao ser encontrada, retomasse sua vida e continuasse seus estudos.³⁹

Ao final dessas publicações, ao comentá-las, *Chile-América* afirmou receber quantidade expressiva de material sobre desaparecidos e, levantando um fato concreto relacionado à Operação Colombo, montada pela ditadura para dissimular, com a veiculação de informações falsas na imprensa chilena e estrangeira, o desaparecimento de 119 militantes da esquerda chilena, a maioria do MIR, pontuou que “*entre otros materiales acusamos recibo de un dossier sobre el caso del arquitecto Francisco Aedo Carrasco, cuya situación se analiza, también, en el reciente informe del Grupo de Trabajo ad-*

³⁸ Ibid., pp. 215-216.

³⁹ Ibid., p. 216.

boc de las Naciones Unidas con graves acusaciones a la Junta Militar. También es uno de los ‘119 desaparecidos’”.⁴⁰

Em edição posterior, sobre os prisioneiros políticos, dentre os quais Erich Schnake, ex-deputado e senador pelo Partido Socialista, a revista também havia informado receber de diversas fontes responsáveis informações atualizadas e denúncias fundamentadas. Assim,

*muchas organizaciones que se ocupan de los prisioneros en Chile conceden gran importancia a la difusión de estos datos, pues ello contribuye a poner al día los ficheros que se llevan en diversos países [...] y ayuda al trabajo de conseguir visas (...) con Gobiernos que siguen dispuestos a contribuir.*⁴¹

Havia, portanto, como fica evidente, conexões voltadas para a denúncia dos crimes contra os direitos humanos no Chile que passavam pelas comissões dos organismos transnacionais, organizações internacionais menores dedicadas à investigação e a campanhas para resolução de alguns casos de presos e desaparecidos, o mundo católico-protestante, partidos progressistas e a política de asilo de governos alinhados à causa chilena. No meio desse emaranhado complexo de redes e contatos, encontrava-se *Chile-América* e sua prática jornalística de conseguir dados e impulsionar o circuito das informações.

Chile-Democrático foi uma das mais importantes organizações do exílio chileno, fundada em 1973, com sede em Roma. Possuindo ramificações em outros países, foi criada com a finalidade de coordenar a solidariedade internacional com o povo chileno. Para ser originada e mantida como referência no exílio, a instituição contou com o apoio político e financeiro de formações europeias social-democratas e de centro-esquerda, com a proeminência dos partidos de distintas nacionalidades e governos, como, além da Itália, o da Suécia, em especial. Foi dirigida, em Roma, como havíamos afirmado, por Jorge Arrate e por Benjamín Teplizky, figuras políticas próximas aos editores de *Chile-América*, contribuindo não apenas com artigos publicados, mas sobretudo em contato direto com o *Comité Editor*.⁴²

⁴⁰ Ibid., p. 217.

⁴¹ *Chile-América*, 1977, “Dossier ‘Chile-América’: nuevas informaciones sobre prisioneros reconocidos” en *Chile-América*, Roma, núm. 31-32, p. 186.

⁴² Viera-Gallo 2018.

Dirigentes da DC, como Bernardo Leighton, e dos partidos chilenos de esquerda, como o socialista Clodomiro Almeyda, presidente da UP no exílio, exerceram suas atividades, como lideranças da oposição ao regime militar, construindo a resistência também junto a *Chile-Democrático*, por meio da instituição ou tendo o respaldo dela. Mais do que organizar levantamentos ou difundir informações sobre os crimes da ditadura, a participação de *Chile-Democrático* nas redes de denúncia teve um caráter diretivo, centralizando os trabalhos de solidariedade dos organismos surgidos em razão da luta de resistência chilena.⁴³

A *Oficina de Chile-Democrático*, como por vezes também era chamada, realizou uma convocação pública da resistência chilena de modo a concentrar esforços na elucidação do problema dos desaparecidos e reforçar a campanha internacional pela liberdade dos presos políticos. Aconselhou o uso e a ampla difusão da resolução da Assembleia das Nações Unidas sobre a questão, de dezembro de 1976. A circular emitida por *Chile-Democrático*, publicada em *Chile-América* na edição 25-26-27 de 1977, recomendava que cada comitê humanitário, criado em solidariedade aos desaparecidos, organizasse um plano de urgência, dando a conhecer os nomes e uma pequena biografia dos desaparecidos. Dizia-se, no texto, sobre a necessidade dos organismos realizarem campanhas de novo tipo, que permitissem que “*un aluvión de presiones se descargue sobre Pinochet*”, de forma que fosse revelado o destino dos desaparecidos. Era preciso, portanto, que se buscassem os testemunhos de companheiros recém-saídos do Chile que tivessem convivido ou, ao menos, visto desaparecidos em localidades de reclusão ou centros de tortura, enviando-os por escrito e os protocolando junto à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Foi recomendado na circular que se conseguissem declarações de juristas, parlamentares, distintas autoridades que se dirigissem diretamente à Junta Militar de forma pública e que apresentassem recursos de amparo aos desaparecidos desde o exterior.⁴⁴

Chile-Democrático defendeu ainda que as organizações internacionais e os comitês de cada país buscassem o envio de delegações ao Chile, com a finalidade de conhecer, junto a familiares e a instituições de assistência como a *Vicaría de la Solidaridad*, a

⁴³ *Chile-América*, 1977, “Instrucciones de la oficina de Chile Democrático” en *Chile-América*, Roma, núm. 25-26-27, pp. 218-219.

⁴⁴ *Ibid.*

situação de cada desaparecido. Recomendava que a campanha de publicidade das denúncias devesse partir também da imprensa de cada país receptor de exilados chilenos, aproveitando a presença deles e organizando coletivas para expressão pública ampla. Era fundamental que a organização sistematizada das denúncias chegasse até o Chile, dando a conhecer a realidade política escamoteada para a comunidade internacional e para muitos chilenos, inclusive. Para finalizar, *Chile Democrático*, em seu passo a passo na orientação e organização sistematizada de modo a efetivar ações coordenadas, insistiu na publicidade de toda classe de denúncia e sua formalização ante a Cruz Vermelha internacional, em Genebra, tendo em conta a grave situação de muitos democratas no Chile cercados e coagidos pela DINA, para que se obtenha ajuda diplomática para eles. O tema dos desaparecidos, concluiu a nota, “*debe conmovier y movilizar a organizaciones y pueblos*” de forma generalizada.⁴⁵

Roma foi o epicentro do eurocomunismo e da renovação teórica de parte da esquerda e do socialismo europeu com forte impacto nos socialistas chilenos (não apenas do PS, mas igualmente do MAPU e da IC), sobretudo os que se encontravam no exílio. Aliás, a experiência da UP e da via chilena para o socialismo, durante o governo de Salvador Allende, a partir dos fatos concretos que levaram à derrota da esquerda e de seus ex-dirigentes e lideranças políticas exilados na Europa após o golpe, influenciou sobre os políticos italianos da coalizão política constituída por comunistas, democrata-cristãos e socialistas, sob a influência de Enrico Berlinguer, líder do PCI, e Aldo Moro, dirigente da DC italiana⁴⁶. Foi constituído, então, sobretudo desde a Itália, um processo de intercâmbio de ideias e experiências que permitiram, por exemplo, para os chilenos exilados, exercerem a crítica de suas experiências, trajetórias, ideias e linguagens que levaram à renovação do pensamento socialista por segmento significativo da esquerda chilena. A capital italiana, portanto, certamente se constituiu, desde um ponto de vista não tão numérico de exilados, mas qualitativo, em *locus* central para a discussão política do exílio chileno, sobretudo em seu sentido de renovação socialista, bem como ponto de encontro de políticos e intelectuais, mesmo que temporariamente, tendo em vista ações concernentes às

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ver, em especial, Berlinguer, 2009.

denúncias dos crimes da ditadura e à defesa dos direitos humanos associada à construção da democracia.

Embora atuasse, desde Roma, ao lado de *Chile-Democrático*, no cenário das relações transnacionais, como apresentado, dando evidências parciais do significativo exílio chileno, experienciando o ambiente de debates e renovação política de parte da esquerda italiana e europeia, é justo, todavia, que nos reportemos para o fato de que *Chile-América* também dialogou fortemente com a resistência atuante no Chile. Frequentemente, *Chile-América* vinculava informações originalmente publicadas pela revista *Solidaridad*, impresso católico e periódico da *Vicaría de la Solidaridad*. Os editores de *Chile-América* argumentaram sobre a reciprocidade na produção das narrativas da resistência, e que, assim sendo, “*Chile-América ha asumido una clara posición de condena a la violencia, venga de donde venga, pero estima que cuando el terrorismo más a la vista proviene del Estado, es un deber elemental denunciarlo*”.⁴⁷

Ainda concernente à parceria entre os dois impressos, *Chile-América* ressaltou estatisticamente métodos de tortura física e psicológica aplicados pela *Central Nacional de Inteligencia* (CNI), de acordo com edição de *Solidaridad* de janeiro de 1982. Informações atualizadas revelaram repertório cruelmente diversificado de métodos desferidos a 50 pessoas detidas, 36 homens e 14 mulheres que, com maior assiduidade, receberam golpes de punho e pontapés em várias partes do corpo, choques elétricos, focos de luz potente e continuada, posturas forçadas, tortura sexual, pau de arara, afogamento, queimadura com cigarro, privação de alimentos, uso de vendas, nudez permanente, ameaça de morte a familiares, interrupção do sono, falsos fuzilamentos, ingestão de excrementos ou drogas, música estridente continuada, coação para a assinatura de documentos auto-incriminatórios. Dessas 50 pessoas, 36 foram simplesmente colocadas em liberdade sem comprovação de acusação ou sem responder a qualquer processo, 11 foram apresentadas a tribunais e declaradas réus, uma ficou desaparecida por três meses, outra decidiu se exilar e a última foi expulsa do país.⁴⁸ Os contatos da revista com *Solidaridad* e com a *Vicaría* renderam esta importante denúncia, assim como tantas informações e notícias em

⁴⁷ *Chile-América*, 1981, “La CNI ha ido tan lejos como la DINA: procedimientos tortuosos y criminales” en *Chile-América*, Roma, núm. 72-73, p. 131.

⁴⁸ *Chile-América*, 1982, “Métodos de torturas físicas y psicológicas” en *Chile-América*, Roma, núm. 76-77, p. 141.

Chile-América publicadas de modo a dar conhecimento a atrocidades como as que acabamos de exemplificar. A resistência no interior, em associação com a luta no exílio, possibilitava ver, pela divulgação das notícias, sinais muito evidentes de que a atuação repressiva do Estado não arrefecia, ao contrário, conjugava-se, na ocasião apresentada, com um quadro agravado pela crise econômica do início da década de 1980 no Chile.

No contexto de organização do plebiscito de 1980, sobre a aprovação ou rejeição da nova Constituição, um panfleto da *Comisión Chilena de Derechos Humanos* (CCDH), distribuído e afixado nas ruas de cidades chilenas, convocando a população para uma campanha de reação coletiva diante do medo e das ameaças da ditadura, foi enviado à redação e reproduzido por *Chile-América* ao final da seção *Nos escriben y opinan*, dedicada às cartas dos leitores. Feito pelo *Departamento de Salud* da CCDH, o texto refletia sobre o “medo”, oferecendo ajuda psicológica e incentivando conversas coletivas para que se vencesse sentimento resultante do ambiente arbitrário instalado após 1973, o qual os chilenos tinham a oportunidade de negar diante da convocação do plebiscito, pois “*se nos ha exigido que nos pronunciemos para legitimar una situación de fuerza que nos han impuesto durante 7 años*”. Antecedendo a votação, denunciava o panfleto que “*se han acrescentado las amenazas y los castigos contra la población*”, ou seja, claras manifestações de coação. Assim, de forma a não sucumbir ante às intimidações da ditadura, era preciso unidade, organização e participação, “*unase a otros!*”⁴⁹

Patricio Orellana e Elizabeth Hutchison destacaram que os organismos de direitos humanos no Chile, como a *Comisión Chilena de Derechos Humanos*, surgiram, como está claro, por motivo das condições de ausência do Estado de Direito e sob constante ameaça e perseguição à integridade física de parte expressiva da população após 1973.⁵⁰ Papel fundamental, diante desse quadro, cumpriram as Igrejas cristãs, assumindo a defesa dos direitos humanos por meio de organismos criados para essa finalidade. Como resultado da contribuição das instituições religiosas, com destaque para a Igreja Católica, começaram a se organizar as associações de familiares de

⁴⁹ Comisión Chilena de Derechos Humanos, 1980, “Miedo” en *Chile-América*, Roma, núm. 66-67, p. 8.

⁵⁰ Orellana, Patricio; Hutchison, Elizabeth, 1991, *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*, Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), Santiago de Chile.

presos e desaparecidos, logo assumindo legitimidade social dada a sensível luta pelos direitos de seus entes perseguidos arbitrariamente.

Em dezembro de 1978, com a criação da *Comisión Chilena de Derechos Humanos* e, pouco mais tarde, em 1980, com o *Comité de Defensa de los Derechos del Pueblo* (CODEPU), inaugurou-se o que seria, de acordo com Orellana e Hutchison, o terceiro momento de instituições a atuar nesse campo de disputas pela preservação da vida e de direitos, dessa vez vinculadas aos partidos políticos.⁵¹ O movimento de direitos humanos no Chile ampliou-se pouco a pouco a partir desses três pilares sociais de resistência à violência da ditadura: as igrejas, as famílias e os partidos, todos contemplados, em maior ou menor medida, por *Chile-América*.

A ata de fundação da CCDH contou, dentre seus mais significativos signatários, com a escritora Mila Oyarzún, os advogados e juristas Jaime Castillo Velasco e Máximo Pacheco, e o sindicalista Clotario Blest.⁵² Além de prestar apoio aos familiares e vítimas da repressão, a Comissão possuiu departamentos especializados de atuação, campanha e educação, como saúde, mulher, crianças, cultura, contando ainda com setores, especialmente jurídicos, de estudos e publicações. Politicamente, adquiriu maior influência na instituição a DC,⁵³ que tinha em Castillo Velasco um dos seus maiores representantes, quem também atuou na *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*, criada em 1990 pelo primeiro presidente pós-ditadura, o democrata-cristão Patricio Aylwin.

A CCDH foi outra vez fonte para a análise feita em *Chile-América* sobre a situação dos direitos humanos no Chile entre 1981 e 1982. Segundo informe da organização preparado em Santiago, cujas palavras foram reproduzidas diretamente pela revista, “*a tendencia al aumento del número de situaciones que comprometen gravemente los derechos humanos en Chile se ha visto confirmada en el mes de marzo*” de 1982. Em matéria de detenções de dissidentes políticos da ditadura, ao se comparar a situação dos três primeiros meses desse ano com todo o ano anterior, percebia-se preocupante movimento ascendente. Segundo a CCDH, enquanto em 1981 houve um total de

⁵¹ Ibid.

⁵² “Acta constitutiva de la Comisión Chilena de Derechos Humanos”. Disponible en: <https://cchdh.cl/acta-constitutiva-2/>. [Consultado el 30 de octubre de 2020].

⁵³ Orellana, Patricio; Hutchison, Elizabeth, 1991, El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990, Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), Santiago de Chile, p. 32-33.

908 opositores políticos presos, até março de 1982, as detenções já atingiam 616. A CNI, concluía *Chile-América* a partir do informe, retomou uma prática que se imaginava não mais usada, a da perseguição a uma pessoa e a membros da sua família, além da persistência das torturas.⁵⁴

Assim, não é difícil afirmar que para *Chile-América*, como estratégia política do seu projeto editorial, quanto maiores as redes de articulação e conexões diversas, exercidas em todos os níveis e espaços junto à resistência humanitária e política (religiosa, partidária, da organização civil), dentro e fora do país, mais efetivamente se alimentaria a possibilidade de debelar a disseminada repressão.

Podemos pensar que os contatos tecidos com o interior do país possivelmente se reforçaram na medida em que oscilava a solidariedade estrangeira, que atingiu momento mais agudo nos primeiros anos da repressão, dada a impressão negativa provocada pela brutalidade do golpe e a quantidade elevada de exilados que aportavam nos mais variados destinos, carregando conhecimento e experiência de um modelo para o socialismo que interessava à comunidade progressista em escala mundial. Em *Chile-América*, encontramos essa ideia desenvolvida por Luis Guastavino, membro do Partido Comunista, que, ao analisar a solidariedade internacional com os chilenos, concluiu não ter sido ela uniforme, ao longo dos 9 anos até então transcorridos, tendo oscilado, dentre outros fatores, em razão dos desencontros dos próprios exilados, envolvidos nas divisões e disputas político-partidárias, não valorizando o legado de *concertación* prestigiado pela UP. Como político que acompanhou de perto os movimentos de direitos humanos ao atuar na ONU e em *Chile-Democrático*, fazendo do seu exílio um ativismo dedicado a essa causa, Luis Guastavino não chegou a caminhar num sentido contrário aos argumentos que destacavam a organização política do exílio chileno, porém nos mostrou uma outra faceta, a do vaivém desse processo não exatamente homogêneo e linear. Ainda que com vicissitudes, ele acreditava ser ainda um movimento forte e

⁵⁴ *Chile-América*, 1982, “Situación de los derechos humanos en el primer semestre de 1982” en *Chile-América*, Roma, núm. 78-79, pp. 125-126.

persistente. Tal foi a sua reflexão, a de que a violação dos direitos humanos pela ditadura pinochetista seguia preocupando o sistema das Nações Unidas.⁵⁵

A concretude de que Chile seguia na agenda da comunidade internacional refletiu-se no fato de ter sido novamente tema central de discussão na 38ª sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU, encontro realizado, tradicionalmente, diga-se de passagem, todo início de ano em Genebra, na Suíça, ao passo que a Assembleia Geral das Nações Unidas ocorria ao final de cada ano, em Nova Iorque. “*Hay que anotar (...) que, a partir de 1974, la comunidad de las naciones del mundo reunidas en la Asamblea General de ONU (...) mantiene su abrumadora condena al régimen de Pinochet y sus exigencias categóricas en favor de las libertades democráticas y del respeto a los derechos humanos en Chile*”. Na 38ª sessão da Comissão de Direitos Humanos, em 1982, “*la correlación en favor de la democracia (...) fue aún fortalecida*”, com a maioria esmagadora dos Estados membros votando pela condenação do regime militar chileno. A resolução final exigia do governo de Pinochet, fundamentalmente, o fim do Estado de Emergência sob o qual se produziam continuadas violações aos direitos humanos (prisões arbitrárias, torturas e qualquer forma de intimidação física ou psicológica, cerceamento da liberdade de expressão, do devido processo legal e dos direitos políticos e sindicais, bem como das liberdades civis de reunião e associação), restabelecendo as instituições democráticas e as garantias constitucionais de que desfrutavam anteriormente o povo chileno.⁵⁶

Ou seja, do ponto de vista das organizações transnacionais ou ao menos da mais reconhecida delas, a ONU, não teria havido arrefecimento, por parte de sua comissão específica, na investigação, divulgação e condenação moral sobre um regime que seguia autoritário, em passos avançados de institucionalização em nada democrática, tampouco popular e participativa. Observar a mediação entre a esfera nacional e a transnacional dos direitos humanos tão bem expressada pela atuação de *Chile-América*, esforçando-se para estabelecer diálogo permanente entre o projeto que representava e os movimentos internos e externos de denúncia e resistência,

⁵⁵ Guastavino, Luis, 1982, “Chile hoy, en la comunidad internacional” en *Chile-América*, Roma, núm. 78-79, pp. 128-130.

⁵⁶ *Ibid.*, pp. 128-129.

remonta-nos às palavras do historiador e cientista político Luis Roniger, com as quais concordamos inequivocamente:

sólo cuando el discurso internacional se halla conectado a experiencias históricas específicas, géneros de representación y módulos discursivos con resonancia simbólica, es factible que se promuevan los derechos de manera que no sólo mitiguen abusos por temor a sanciones y amenazas de intervención, sino en forma creciente y duradera como una respuesta normativa en el seno de las distintas sociedades. Un cambio progresivo nutrido por un debate interno puede ser la vía para lograr una efectiva incorporación del respecto a los derechos humanos, [...] aun cuando bajo determinadas condiciones las presiones externas pueden facilitar tal transformación. El uso del lenguaje [...] de los derechos humanos puede ser inoperante si no se expresa en términos que sean significativos y tengan resonancia cultural. En otras palabras, el ideal normativo de los derechos humanos universales necesita a menudo el apoyo de los discursos locales y de voceros que puedan revelar su significación según la percepción de cada marco social.⁵⁷

Ante à disseminação das formas de violência no Chile, ao longo das décadas de 1970 e 1980, de toda estrutura de repressão montada pela ditadura, crescia, nas arenas públicas nacional e internacional, a linguagem contingencial e necessária dos direitos humanos, sobretudo em um formato de denúncia, de dar a conhecer, por testemunhos e, portanto, pela memória individual e coletiva, informações inicialmente não reveladas. Nesse sentido, *Chile-América* cumpriu papel fundamental não apenas impulsionando a circulação da denúncia, como serviu de repositório, um arquivo das memórias traumáticas da resistência chilena.

A ideia de arquivo, afirmou Elizabeth Jelin, encontra-se intimamente ligada à perspectiva de preservar os rastros do passado.⁵⁸ No caso de *Chile-América*, seria melhor dizer o registro de um presente duro, pulsando o dinamismo da violência e do autoritarismo que dividiam o Chile e revelavam a face destrutiva de sua história política recente, cuja sucessão de acontecimentos era acompanhada pela revista de maneira a intervir e transformar a conjuntura, atuando na arena transnacional que era a própria expressão da condição de exílio.

⁵⁷ Roniger, 2018: 25.

⁵⁸ Jelin, 2002: 1.

FUENTES

Éditas

Chile-América, 1976, “A un año del atentado contra Bernardo Leighton” en *Chile-América*, Roma, núm.22-23-24, pp. 14 a 16.

Chile-América, 1975, “Cómo y dónde se perpetró el atentado” en *Chile-América*, Roma, núm.10-11, pp. 168 a 170.

Chile-América, 1978, “Después de Townley, a quién le toca?” en *Chile-América*, Roma, núm.41-42, pp. 195 a 199.

Chile-América, 1977, “Dossier ‘Chile-América’: nuevas informaciones sobre prisioneros reconocidos” en *Chile-América*, Roma, núm. 31-32, pp. 186 a 188.

Chile-América, 1978, “El asesinato de Letelier: el Watergate de Pinochet?”; “El extraordinario esfuerzo para encubrir los hechos” en *Chile-América*, Roma, núm. 39-40, pp. 175 a 179 e pp. 184 a 188.

Chile-América, 1978, “El caso Letelier: ha logrado Pinochet protegerse con una ‘coartada de fierro?’” en *Chile-América*, Roma, núm. 40-41, pp. 186 a 189.

Chile-América, 1975, “El informe del Comité Ad Hoc de la Unión Interparlamentaria Mundial sobre Chile” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, pp. 34 a 35.

Chile-América, 1975, “El largo brazo criminal de la Junta fascista llega hasta Roma: atentado contra Leighton y su esposa” en *Chile-América*, Roma, núm. 10-11, pp. 161 a 165.

Chile-América, 1975, “El Partido Demócrata Cristiano y la Dictadura Militar” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, pp. 47 a 55.

Chile-América, 1975, “El testimonio del general Poblete” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, pp. 39 a 44.

Chile-América, 1977, “Hay una gigantesca movilización por los desaparecidos” en *Chile-América*, Roma, núm. 25-26-27, pp. 215 a 219.

Chile-América, 1977, “Infructuosos esfuerzos del régimen militar para librarse de la condena mundial por las desapariciones en Chile” en *Chile-América*, Roma, núm. 28-29-30, pp. 209 a 210.

Chile-América, 1977, “Instrucciones de la oficina de Chile Democrático” en *Chile-América*, Roma, núm.25-26-27, pp. 218 a 219.

Chile-América, 1981, “La CNI ha ido tan lejos como la DINA: procedimientos tortuosos y

criminales” en *Chile-América*, Roma, núm. 72-73, pp. 131 a 134.

Chile-América, 1976, “La Junta apela a nuevas técnicas terroristas en un vano esfuerzo para mejorar su imagen” en *Chile-América*, Roma, núm. 22-23-24, pp. 119 a 122.

Chile-América, 1977, “Las desapariciones constituyen la práctica más alarmante del conjunto de violaciones de los derechos humanos en Chile” en *Chile-América*, Roma, núm. 28-29-30, pp. 211 a 212.

Chile-América, 1974, “La Unión Europea Demócrata Cristiana condena la violación de derechos humanos en Chile” en *Chile-América*, Roma, núm. 2, p. 20.

Chile-América, 1978, “Los extraordinarios esfuerzos para encubrir los hechos” en *Chile-América*, Roma, núm.39-40, p. 185.

Chile-América, 1982, “Métodos de torturas físicas y psicológicas” en *Chile-América*, Roma, núm.76-77, p. 141.

Chile-América, 1974, “Posición y propósitos, ideas expresadas en el primer editorial” en *Chile-América*, Roma, núm. 3, p. 3.

Chile-América, 1975, “Resolución sobre Chile de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas” en *Chile-América*, Roma, núm. 5, p. 33.

Chile-América, 1977, “Se cumplen tres años de la muerte del general Bachelet” en *Chile-América*, Roma, núm.25-26-27, pp. 10 a 12.

Chile-América, 1982, “Situación de los derechos humanos en el primer semestre de 1982” en *Chile-América*, Roma, núm. 78-79, pp. 125 a 126.

Comisión Chilena de Derechos Humanos, 1980, “Miedo” en *Chile-América*, Roma, núm. 66-67, p. 8.

Editorial, 1976, “El asesinato de Orlando Letelier” en *Chile-América*, Roma, núm. 22-23-24, pp. 7-8.

Editorial, 1976, “El ‘Especial Bernardo Leighton’ en el boletín UMDC” en *Chile-América*, Roma, núm. 14-15, pp. 14 a 16.

Editorial, 1976, “La Asamblea de la OEA en Santiago” en *Chile-América*, Roma, núm.19-20-21, pp. 5 a 12.

Editorial, 1975, “La Junta Militar ante el juicio internacional: el fracaso de Ginebra” en *Chile-América*, Roma, núm.5, pp. 7 a 9.

Editorial, 1977, “Trupción de tendencias en la dictadura” en *Chile-América*, Roma, núm. 28-29-30, pp. 5 a 8.

Editorial, 1975, “Medio año de ‘Chile-América’” en *Chile-América*, Roma, núm. 6-7, pp. 7 a 8.

Editorial, 1974, “Posición y propósitos” en *Chile-América*, Roma, núm.1, pp. 3 a 4.

Guastavino, Luis, 1982, “Chile hoy, en la comunidad internacional” en *Chile-América*, Roma, núm.78-79, pp. 128 a 130.

Silva Solar, Julio, “Revista *Chile-América*” Disponible en:

<http://www.cedocmuseodelamemoria.cl/wp-content/uploads/2013/01/revista-chile-america2.pdf>. [Consultado el 12 de septiembre de 2018].

Inéditas

“Acta constitutiva de la Comisión Chilena de Derechos Humanos” Disponible en: <https://cchdh.cl/acta-constitutiva-2/>. [Consultado el 30 de octubre de 2020].

“A 42 años del atentado a Bernardo Leighton” Disponible en:

<https://ww3.museodelamemoria.cl/Informativo/a-42-anos-del-atentado-a-bernardo-leighton/>. [Consultado el 03 de septiembre de 2020].

Viera-Gallo, José Antonio, 18 de outubro de 2018, entrevista concedida ao autor.

Jensen, S., 2015, “Sobre La política del destierro y el exilio en América Latina de Mario Sznadger y Luis Roniger: hacia el enfoque sociopolítico, macro-histórico y teórico-analítico del problema” en *Historia, voces y memoria*, Buenos Aires, núm. 8, pp. 13 a 20.

Orellana, P. & Hutchison, E., 1991, *El movimiento de derechos humanos en Chile, 1973-1990*, Centro de Estudios Políticos Latinoamericanos Simón Bolívar (CEPLA), Santiago de Chile.

Roniger, L., 2018, *Historia mínima de los derechos humanos en América Latina*, El Colegio de México, Ciudad de México.

Rojas Mira, C. F., & Santoni, A., 2013, “Geografía política del exilio chileno: los diferentes rostros de la solidaridad” en *Perfiles Latinoamericanos*, núm. 41, enero/junio, pp. 123 a 142.

Slatman, M., 2018, “Evolución de los métodos de ataque contra dirigentes y figuras públicas en el exilio en el marco de la Operación Cóndor” en Lastra, S. (Comp.). *Exilios: un campo de estudios en expansión*, CLACSO, Buenos Aires, pp. 65 a 79.

Sznajder, M. & Roniger, L., 2013, *La política del destierro y el exilio en América Latina*, Fondo de Cultura Económica, México.

BIBLIOGRAFÍA

Álvarez Vallejos, R. 2008, “‘Aún tenemos patria, ciudadanos’: el partido comunista de Chile y la salida no pactada de la dictadura (1980-1988)” en Valdivia, V; & Álvarez Vallejos, R. (Comp.), *Su revolución contra nuestra revolución: la pugna marxista-gremialista en los ochenta*, LOM Ediciones, Santiago, pp. 19 a 82.

Berlinguer, E., 2009, *Democracia, valor universal*, Contraponto, Rio de Janeiro.

Gomes, P.C., 2019, *Liberdade Vigjada. As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia*, Record, Rio de Janeiro.

Jelín, E., 2002, “Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión” en Catela, L. & Jelín, E., (Comp.), *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*, Siglo XXI, Buenos Aires; Madrid, pp. 1 a 13.